

Ortodoxia no combate à inflação

Depois da primeira entrevista coletiva concedida pelo novo presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, fica claro que a política monetária continuará sendo pautada por critérios ortodoxos, sendo dada prioridade às metas para conter a inflação, de modo a cortar pela raiz qualquer tentativa de reindexação da economia.

Como previra no início desta semana o diretor de Pesquisas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michael Mussa, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, sob a justificativa de prevenir um surto inflacionário, puxou a taxa básica de juros de 39% para 45%. Essa decisão, em seguida à elevação dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo para 26,5% e daí para 30% (a partir do dia 12), significa um forte aperto monetário.

Fraga e seus companheiros de diretoria resolveram também abolir a Taxa Básica do Banco Central (TBC) e a Taxa de Assistência do Banco Central (Tban). O BC passa a atuar pontualmente no mercado, tomando como base a Taxa Referencial Selic (TRS), que pode ser acompanhada de um viés de elevação e redução, que dispensará a convocação de reunião extraordinária do Copom.

Só o tempo dirá como será conduzida a política monetária por esse viés, mas tudo parece indicar que tenderá a sancionar a expectativa do mercado. E, de fato, uma taxa de juros de 45% já vinha projetada no mercado futuro para março.

Fraga insistiu em que não existe meta para o câmbio, que continuará no regime de livre flutua-

ção, mas sim metas de inflação, prevendo chegar ao fim do ano com uma taxa mensal de inflação de 0,6%. Esse é um objetivo louvável, mas os empresários questionam se seria necessário aumentar os juros para conter a demanda em um mercado já em franca desaceleração.

São legítimas também as dúvidas se o País poderá alcançar as metas se as autoridades não puderem ou não se dispuserem a intervir no mercado de câmbio para pôr termo a uma especulação desenfreada.

O objetivo é louvável, mas não justifica uma nova elevação da taxa de juros neste momento

mercado de câmbio, o que, como ele disse, é uma das prerrogativas da autoridade monetária nos países desenvolvidos. Evitou, porém, comprometer-se com uma ação mais decidida para conter a desvalorização excessiva do real.

O fato é que as puxadas no câmbio — a ponto de a cotação no mercado paralelo apresentar um deságio de 6% em relação ao mercado comercial —, combinadas com uma elevação de juros, aprofundam, neste momento, as incertezas no mundo dos negócios.

Seria preferível, em nosso entender, que o Copom tivesse pelo menos mantido os juros no mesmo patamar anterior, já muito elevado. Assim po-

deria ser fortalecida a expectativa de que o custo do dinheiro viesse a baixar em um espaço de tempo relativamente curto com a aprovação pelo Congresso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que virá completar o elenco de medidas necessárias para dar sustentação ao ajuste fiscal. E está justamente no desequilíbrio das contas públicas o obstáculo maior para que as taxas de juros possam ser baixadas significativamente.

Seja como for, o novo presidente do BC e sua equipe merecem um crédito de confiança. A aprovação final do novo acordo do Brasil com o FMI não virá resolver todos os problemas, como temos dito, mas, sem dúvida, o aporte de novos recursos externos virá contribuir para fortalecer a posição cambial do governo.

O presidente do BC considerou que o balanço de pagamentos do Brasil apresenta uma posição saudável, ao contrário do que ocorreu com os países asiáticos ao serem atingidos pela crise em fins de 1997. Isso será tanto mais verdadeiro na medida em que a exportação puder ter um crescimento expressivo neste ano, o que, por sua vez, está na dependência do restabelecimento das linhas de financiamento comercial ao Brasil.

Esperamos que este problema possa ser resolvido através dos entendimentos que o ministro Pedro Malan e o novo presidente do Banco Central deverão manter nos grandes centros internacionais que deverão visitar na próxima semana. ■